

O Conselho Superior de Defesa Nacional emitiu parecer favorável sobre a continuação da participação de Portugal na MINUSMA, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto.

A presente decisão do Governo foi comunicada à Assembleia da República, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º e das alíneas f) e n) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 348/99, de 27 de agosto, e 299/2003, de 4 de dezembro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1 — Fica o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas autorizado a empregar e sustentar, como contributo de Portugal para a MINUSMA, em 2018, dois militares destacados no Estado-Maior do Quartel-general da missão, por um período de um ano.

2 — A participação nacional identificada no número anterior fica na dependência direta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

3 — Nos termos do n.º 5 da Portaria n.º 87/99, de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 28 de janeiro de 1999, os militares que integram a participação nacional prevista no n.º 1 desempenham funções em território considerado de classe C.

4 — Os encargos decorrentes da participação nacional na MINUSMA são suportados pela dotação orçamental inscrita para as Forças Nacionais Destacadas de 2018.

5 — A presente portaria revoga a Portaria n.º 31/2017, de 5 de janeiro de 2017, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro de 2017.

6 — A presente portaria produz os seus efeitos desde 1 de janeiro de 2018.

28 de agosto de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311642716

#### Portaria n.º 467/2018

Considerando o louvor e a proposta de condecoração do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, de 30 de agosto de 2018, nos termos da competência que me é conferida pelos n.ºs 1 e 4 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 13.º, 16.º e 18.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, concedo a medalha de serviços distintos, grau prata, ao Dr. Alberto António Rodrigues Coelho.

3 de setembro de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311642221

### Estado-Maior-General das Forças Armadas

#### Aviso n.º 13615/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83 A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, torna-se público que foi homologada por despacho do Adjunto para o Planeamento e Coordenação, António Martins Pereira, Tenente-general, a Lista Unitária de Ordenação Final, referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho na categoria de Técnico Superior na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previsto e não ocupado no mapa de pessoal do COAG/UNAPEMGFA/SPS, do mapa de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, (EMGFA) aberto nos termos do aviso n.º 6135/2018, Ref.ª COAG/UNAPEMGFA-TS/2018, publicado no DR, 2.ª série, n.º 171, de 10 de maio.

A lista unitária de ordenação final homologada nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da supra referida Portaria, foi notificada aos candidatos, encontrando-se afixada em local visível e público das instalações do EMGFA e disponibilizada na página eletrónica deste organismo conforme o disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 da citada Portaria.

Do despacho de homologação da referida Lista pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do artigo 39.º da referida Portaria.

5 de setembro de 2018. — O Comandante de Apoio Geral, *Armindo Manuel Elias Barroso de Sampaio*, Brigadeiro-General.

311662172

## JUSTIÇA

### Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 13616/2018

#### Recrutamento de um (1) técnico superior para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Equipa Multidisciplinar para a Gestão de Fundos Comunitários da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar para o exercício de funções na Equipa Multidisciplinar para a Gestão de Fundos Comunitários (EMGFC) um (1) técnico superior, por recurso à mobilidade na carreira/categoria, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua redação atual, com a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta — mobilidade na carreira/categoria.

2 — Carreira/categoria — técnico superior.

3 — N.º de postos de trabalho — Um (1).

4 — Remuneração — correspondente à posição e nível remuneratório detidos na categoria de origem, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro — Lei do Orçamento do Estado para 2018, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central do Estado.

5 — Caracterização do posto de trabalho — as características enquadráveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de técnico superior (grau de complexidade de nível III), tal como se encontra definido, por remissão do artigo 88.º da LTFP, no mapa anexo à referida Lei.

6 — Principais atividades a desenvolver: Preparação de anúncios e convites à apresentação de candidaturas; análise técnico-administrativa e elaboração de propostas de decisão de aprovação de candidaturas; verificação, acompanhamento e execução de projetos aprovados, designadamente verificação dos pedidos de pagamento e verificação da elegibilidade da despesa que os suporta; ações de acompanhamento físico e/ou financeiro dos projetos; atualização da informação física e financeira relativa a projetos; preparação de relatórios de execução dos projetos; acompanhamento de ações de controlo, auditoria e avaliação externas.

7 — Experiência profissional requerida — Os candidatos deverão deter preferencialmente experiência profissional nas seguintes áreas de intervenção:

a) Instrução de processos, incluindo verificações com vista à apreção do enquadramento processual e financeiro e acompanhamento técnico;

b) Elaboração de informações técnico-administrativas de acompanhamento e de controlo;

c) Elaboração de relatórios de execução e de relatórios finais de projetos.

7.1 — Será também valorada a experiência e os conhecimentos de informática, na ótica do utilizador, os conhecimentos de língua inglesa.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e estar integrado na carreira/categoria de técnico superior.

8.2 — Ser detentor/a de Licenciatura, preferencialmente em Gestão, Economia e Administração Pública.

9 — Métodos de seleção — Avaliação curricular, complementada com entrevista de seleção.

10 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

11 — Prazo de apresentação de candidaturas — 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso.

12 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, ou na Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, tendo como referência «Recrutamento por mobilidade — referência TS — EMGFC», entregues em mão, em envelope fechado, no serviço responsável pelo expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, durante as horas normais de atendimento (das 9,00 horas às 17,00 horas) ou remetidas pelo correio, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

13 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação do trabalhador e menção expressa do vínculo detido, carreira/categoria e serviço onde exerce funções, bem como posição e nível remuneratórios e a correspondente remuneração;

- b) Identificação da morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico para onde deve ser dirigida a correspondência;
- c) Indicação dos documentos que acompanham a candidatura.

14 — Das candidaturas deverão constar os elementos necessários para uma correta apreciação do candidato, devendo o requerimento ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, dos documentos abaixo indicados, colocados em envelope fechado com a referência «Recrutamento por mobilidade — referência TS — EMGFC»:

- a) *Curriculum Vitae*, detalhado em termos de funções exercidas e períodos de tempo correspondentes, devidamente atualizado, datado e assinado;
- b) Documento emitido pelo serviço de origem, com indicação do tempo de serviço detido, na função pública, carreira e categoria;
- c) Declaração de funções emitida pelo serviço de origem com reporte das funções desempenhadas nos últimos cinco anos;
- d) Fotocópia simples do documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópias simples dos documentos comprovativos das ações de formação profissional, realizadas nos últimos cinco anos, desde que relacionadas diretamente com a atividade a que se destina o presente recrutamento por mobilidade.

14.1 — Poderão ser solicitados elementos adicionais, no âmbito da análise das candidaturas.

Presidente — Lic. Luís Filipe Martinho Evangelista, Chefe de Equipa Multidisciplinar.

Vogais efetivos:

Lic. Eunice Martins, Chefe de Divisão, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Lic. Emília Senra, Técnica Superior.

Vogais suplentes:

Lic. Albertina Catrola, Técnica Superior.

Lic. Ana Carneiro, Técnica Superior.

A presente oferta de emprego será publicitada na 2.ª série do *Diário da República* e em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt). no 1.º dia útil seguinte à publicação e estará ainda disponível na página eletrónica da SGMJ, em <https://sgmj.justica.gov.pt/recrutamento>

10 de setembro de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

311643656

## JUSTIÇA E SAÚDE

### Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

#### Despacho n.º 9012/2018

Considerando que:

O Despacho n.º 4818/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio, determinou a constituição de um grupo de trabalho interministerial com a missão definida nas alíneas a) e c) do seu n.º 1, devendo este, no prazo de 120 dias contados desde o dia 17 de maio de 2018, apresentar o relatório final;

O processo de conclusão da Convenção do Conselho da Europa sobre o Tráfico de Órgãos Humanos, com vista à vinculação do Estado português a este instrumento jurídico internacional, se encontra quase finalizado em virtude da sua recente aprovação pela Assembleia da República e ratificação pelo Presidente da República, respetivamente, através da Resolução n.º 236/2018 e do Decreto n.º 48/2018, publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 151, de 7 de agosto;

Importa consolidar a atividade que tem vindo a ser realizada, de forma regular, pelo grupo de trabalho, com vista à finalidade definida no mencionado despacho;

Determina-se a prorrogação do prazo de apresentação do relatório final com os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho interministerial, previsto no n.º 6 do Despacho n.º 4818/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio, até ao último dia do mês de novembro de 2018.

17 de setembro de 2018. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

311659719

## CULTURA

### Direção-Geral das Artes

#### Aviso n.º 13617/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 08 de agosto de 2018, precedido de pareceres prévios favoráveis da trabalhadora e do respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria da técnica superior Ana Catarina Gonçalves Correia Cabrito, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

Nos termos do n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a trabalhadora mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, designadamente entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória e entre o 23.º e 27.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.750,73 €.

10 de setembro de 2018. — A Diretora-Geral, *Sílvia Belo Câmara*.  
311642376

### Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais

#### Aviso n.º 13618/2018

**Recrutamento por recurso à mobilidade na categoria com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior para o exercício de funções na Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.**

1 — O Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, pretende recrutar mediante o recurso à figura da mobilidade interna prevista nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, um técnico superior, com licenciatura em Gestão e/ou Administração ou Contabilidade, para ocupação de um posto de trabalho previsto e não ocupado, com vista ao desempenho funções na Direção de Serviços de Gestão de Recursos e Informação, com a seguinte caracterização:

1.1 — Caracterização do Posto de Trabalho:

Experiência no acompanhamento e controlo da execução do orçamento da responsabilidade do Serviço; análise financeira e elaboração de documentos de prestação de contas; consulta, interpretação e avaliação dos documentos orientadores e demais legislação de suporte às atividades de administração e execução do orçamento; elaboração de relatórios de gestão e de execução; elaboração de propostas e informações com conhecimento da legislação específica que rege as áreas de gestão e contabilidade públicas; experiência de utilização de aplicações contabilísticas, designadamente, GERFIP; recolha e reporte de informação, em interface com as entidades de coordenação e controlo; registo, controlo e reconciliação dos movimentos bancários;

Conhecimentos sobre o Código de Contratação Pública e prática na elaboração de peças de procedimento no âmbito de procedimentos de contratação pública por Ajuste Direto, Concursos Públicos e via Acordos Quadro;

Instrução de candidaturas e acompanhamento de projetos com financiamento comunitário.

2 — Tipo de Oferta: Mobilidade interna, com possibilidade de consolidação nos termos da lei, caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de funções e atividades supramencionadas.

3 — Requisitos de Admissão:

3.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

3.2 — Estar integrado na carreira Técnica Superior.

4 — Requisitos específicos de admissão:

4.1 — Habilitações: Licenciatura em Gestão e/ou Administração ou Contabilidade;

4.2 — Perfil Valorizado: Experiência profissional no exercício de funções similares; bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador; capacidade de organização, rigor na análise, sentido crítico, autonomia e espírito de iniciativa; capacidade de cooperação e de trabalho em equipa e em ambiente multidisciplinar.